

---

*Educação no Brasil colônia: a necessidade de compreender rupturas desastrosas*

É com elevada consideração acadêmica e sincero compromisso com a reflexão historiográfica que se apresenta ao público leitor a quarta edição da *Acta Historia Educere*. Em continuidade ao propósito intelectual que orienta esta revista, esta edição dedica-se ao exame de uma das questões mais significativas da história luso-brasileira do século XVIII: as razões que conduziram à expulsão dos jesuítas do território brasileiro no período das reformas pombalinas. Tal acontecimento, longe de se reduzir a um episódio isolado da administração colonial, constitui um ponto de inflexão de grande relevância para a compreensão das relações entre poder político, religião, educação, economia e dominação colonial.

Ao eleger esse tema como eixo central desta edição, a *Acta Historia Educere* reafirma seu compromisso com uma história crítica, analítica e formadora. O estudo da expulsão dos jesuítas permite entrever, com maior clareza, as tensões estruturais que atravessavam o império português em meados do século XVIII. Sob a direção de Sebastião José de Carvalho e Melo, a monarquia portuguesa empreendeu um conjunto de reformas inspiradas em princípios regalistas e ilustrados, com o objetivo de fortalecer a autoridade régia, reorganizar a administração colonial e submeter ao controle do Estado forças sociais e institucionais que gozavam de relativa autonomia. Nesse contexto, a Companhia de Jesus passou a ser percebida como obstáculo à centralização política e ao redesenho econômico pretendido pela Coroa.

As causas da expulsão, como demonstra a historiografia, foram múltiplas, interligadas e progressivamente agravadas ao longo do tempo. Entre elas, destaca-se o conflito em torno da administração das aldeias e do controle sobre a população indígena. Em várias regiões da América portuguesa, especialmente no Grão-Pará e Maranhão, os jesuítas exerciam influência significativa sobre aldeamentos, atividades econômicas e redes missionárias. As autoridades coloniais e setores da elite local acusavam os religiosos de impedir o acesso dos colonos à mão de obra indígena, de manter excessiva autonomia administrativa e de concentrar riquezas e recursos em suas missões, colégios e fazendas. Por trás dessas acusações, encontrava-se uma disputa profunda acerca do modelo de

exploração colonial e do lugar que os indígenas deveriam ocupar na sociedade da época.

Também teve peso decisivo a política de secularização das aldeias e a redefinição da presença da Igreja no espaço colonial. As reformas pombalinas buscavam diminuir o poder temporal das ordens religiosas e transferir à administração civil funções até então exercidas no âmbito missionário. Nessa perspectiva, a presença jesuítica tornava-se incompatível com o projeto estatal de reorganização da colônia, sobretudo porque a Companhia de Jesus possuía capilaridade institucional, capacidade educacional e influência cultural consideráveis. A expulsão, portanto, não representou apenas uma punição a uma ordem religiosa, mas integrou um programa mais amplo de reestruturação do poder, no qual a educação, a catequese e a administração colonial deveriam ser submetidas à razão de Estado.

Outro elemento importante desse processo foi o ambiente de crescente antijesuitismo que se difundia em Portugal e em outras partes da Europa. A conjuntura política do período, marcada pelo avanço das monarquias centralizadoras e por tensões entre autoridades civis e eclesiásticas, contribuiu para a construção de uma imagem negativa da Companhia de Jesus. No caso português, essa hostilidade foi reforçada por episódios como os desdobramentos do Tratado de Madri de 1750, os conflitos nas regiões missioneiras e, ainda, pela associação dos jesuítas a conspirações e resistências ao projeto reformista do governo de D. José I. A acusação de envolvimento em tramas contra a Coroa, embora questionada pela historiografia, serviu como justificativa política para medidas mais duras, culminando no confisco de bens e na expulsão dos religiosos em 1759.

Refletir sobre esse episódio exige, porém, mais do que a simples enumeração de causas imediatas. Exige reconhecer que a história é feita de disputas, interesses, representações e projetos de poder. A expulsão dos jesuítas do Brasil revela como decisões políticas podem ser legitimadas por discursos de modernização, de ordem e de utilidade pública, mesmo quando implicam violência institucional, silenciamento de grupos e reconfiguração autoritária de estruturas sociais. Revela, igualmente, como a educação e a produção do saber jamais estiveram completamente separadas das disputas pelo poder. Ao atingir uma ordem

profundamente ligada ao ensino, à catequese e à circulação de ideias, as reformas pombalinas interferiram diretamente na vida cultural e formativa da colônia.

É precisamente nesse ponto que o trabalho historiográfico demonstra sua função mais elevada. Estudar o passado não significa apenas lembrar acontecimentos distantes, nem cultivar uma erudição estéril voltada ao acúmulo de datas, nomes e decretos. Estudar o passado é buscar compreender os processos históricos em sua densidade, em suas contradições e em seus efeitos duradouros. É perceber que as estruturas do presente não surgem do nada, mas se constroem sobre experiências anteriores, conflitos já vividos e escolhas políticas cujas consequências muitas vezes se prolongam por séculos. O conhecimento histórico, quando tratado com rigor e sensibilidade crítica, torna-se uma forma de consciência.

Por essa razão, a presente edição sustenta uma convicção fundamental: compreender o passado é condição indispensável para interpretar o presente com maior lucidez e para evitar a repetição de erros históricos. Quando se desconhecem os mecanismos pelos quais o poder se concentra, quando se ignoram os processos de exclusão legitimados por discursos oficiais, ou quando se naturaliza a supressão de vozes divergentes em nome de uma suposta racionalidade superior, abrem-se caminhos para a reincidência de práticas autoritárias. A história, nesse sentido, não oferece receitas prontas, mas fornece instrumentos intelectuais e éticos para o discernimento.

Assim, ao reunir reflexões em torno da expulsão dos jesuítas no Brasil pombalino, esta quarta edição da *Acta Historia Educere* convida seus leitores a um exercício de interpretação crítica do passado colonial brasileiro. Mais do que visitar um acontecimento emblemático, pretende-se promover uma leitura madura sobre as relações entre Estado, religião, educação e sociedade, ressaltando que toda experiência histórica deve ser interrogada em sua complexidade. Em tempos nos quais a superficialidade das leituras e o uso instrumental da memória ameaçam o debate público, o ofício do historiador e o trabalho da educação histórica tornam-se ainda mais necessários.

Que os textos aqui reunidos contribuam para ampliar o debate, estimular novas pesquisas e fortalecer o valor da história como campo de conhecimento indispensável à formação humana. Que esta edição, ao lançar luz sobre um dos momentos mais delicados da experiência colonial brasileira, reafirme a importância

de estudar criticamente o passado para melhor compreender o presente e para que os equívocos de ontem não voltem a se impor sob novas formas em nosso tempo.